



[Home](#) >

Um resumo de Romanos por João Calvino



Por **João Calvino**

em 15 maio, 2015

Estou em dúvida se valeria a pena gastar demasiado tempo com a exposição sobre o valor desta Epístola. Minha incerteza tem por base o simples receio de que, ao comentá-la, não venha a afetar ou a minimizar sua grandeza, e que minhas observações não venham simplesmente a obscurecê-la, em vez esclarecê-la. Deve-se também ao fato de que, em seu próprio início, a Epístola se introduz melhor e melhor se explica, em termos muito mais claros, do que

qualquer comentário poderia descrever. Portanto, ser-me-á preferível que, sem delonga, me introduza no próprio tema. Tal fato nos comprovará, além de toda dúvida, que entre as muitas e notáveis virtudes, a Epístola possui uma, em particular, a qual nunca é suficientemente apreciada, a saber: se porventura conseguirmos atingir uma genuína compreensão desta Epístola, teremos aberto uma amplíssima porta de acesso aos mais profundos tesouros da Escritura.

A Epístola toda é tão metódica, que o próprio início dela é artisticamente composto. A arte do escritor se faz notória em muitos pontos, o que notaremos à medida que avançarmos na leitura, mas é particularmente exibida na maneira pela qual o argumento principal é deduzido. Tendo começado com as provas de seu apostolado, ele se desvia deste assunto para enaltecer o *evangelho*. Visto, porém, que este enaltecimento [do evangelho] é inevitavelmente acompanhado de uma controvérsia sobre a fé, ele transita para esta, tomando o texto como sua diretriz. Daí ele entra no assunto principal de toda a Epístola, que consiste na *justificação pela fé*.

Na discussão sobre este tema – *justificação pela fé* – ele envolveu os capítulos *um* a *cinco*. O tema destes capítulos, portanto, pode ser assim formulado: *O homem encontra sua justificação única e exclusivamente na misericórdia de Deus, em Cristo, ao ser ela oferecida no evangelho e recebida pela fé*. Mas o homem se acha adormecido em seus pecados. E aí permanecerá satisfeito a enganar a si próprio com a falsa idéia de justiça, idéia essa que o faz acreditar não haver necessidade alguma de obter a justiça pela fé, a menos que já se ache despertado

para a inutilidade de sua autoconfiança. Por outro lado, ele se acha tão intoxicado pelos deleites de sua concupiscência, e tão profundamente submerso em seu estado displicente, que dificilmente se despertará para ir em busca da justiça [divina], a menos que seja ferroadado pelo temor do juízo divino. O apóstolo, pois, faz duas coisas, a saber: convence o homem de sua impiedade; e, em seguida, o desperta de sua indolência.

Em primeiro lugar, ele condena toda a humanidade, desde os tempos da criação do mundo, por sua ingratidão, visto que não há quem reconheça o *Supremo Artífice* na incomensurável excelência de suas obras. Aliás, quando os homens são compelidos a reconhecê-lo, não honram sua majestade com o devido respeito; ao contrário, em sua loucura, a profanam e a desonram. Ele acusa todos os homens desta impiedade, a qual é o mais detestável de todos os crimes. Para provar mais precisamente que toda a humanidade se desviou do Senhor, o apóstolo registra os atos pútridos e terrificantes que os homens, em toda parte, estão sujeitos a cometer. Este é um argumento conclusivo de que apostataram de Deus, pois tais atos ímpios são evidências da ira divina, e devem ser encontrados somente nos ímpios. Entretanto, os judeus e alguns gentios dissimularam sua impiedade interior com um manto de santidade externa, e de forma alguma pareceria que seriam condenados por tais feitos malignos, e portanto presumiam que se achavam isentos da condenação comum que paira sobre todos os homens. É por esta razão que o apóstolo dirige suas declarações contra essa dissimulada santidade. Visto que tal máscara de santidade dificilmente poderia ser retirada dos

santarrões [*sanctulis* – santos inferiores], Paulo os convoca a comparecerem perante o tribunal de Deus, cujos olhos jamais deixam de ver até mesmo os desejos mais secretos dos homens.

Em seguida ele divide seu discurso, colocando os judeus e os gentios em separado diante do tribunal divino. No caso dos gentios, ele os priva do pretexto de ignorância, a qual defendem, porque sua consciência, diz ele, era para eles uma lei, e por isso estavam fartamente convictos de que eram culpados. No tocante aos judeus, veementemente os concita a aceitarem o mesmo fato pelo uso do qual se defendiam, ou, seja: *as Escrituras*. Uma vez provado que eram transgressores das Escrituras, não podiam mais justificar sua impiedade, pois os lábios divinos já haviam pronunciado a sentença contra eles. Ao mesmo tempo, o apóstolo se previne contra a objeção que bem poderiam lhe fazer, ou, seja: que o pacto divino, o qual era para eles a insígnia da santidade, teria sido violado caso nenhuma distinção fosse feita entre eles e os demais.

Ele mostra, primeiramente, que a posse do pacto por parte deles era mais excelente do que em referência aos demais, visto que apostataram dele em sua infidelidade. Contudo, para não detrair nada da fidelidade da promessa divina, ele também alega que o pacto lhes conferira algum privilégio, mas que este consistia na misericórdia de Deus e não nos próprios méritos deles. Portanto, no que concerne a suas qualificações particulares, permaneciam num só nível com os gentios. Ele então prova, a partir da

autoridade da Escritura, que judeus e gentios são todos pecadores. Faz ainda neste ponto alguma referência ao uso da lei.

Ao despojar abertamente toda a humanidade de sua confiança em sua própria virtude, e de gloriar-se em sua própria justiça, bem como deixando-os sucumbidos diante do juízo divino, então retorna à sua proposição anterior, ou, seja: *somos justificados pela fé*. Ele explica o que *fé* significa e como podemos alcançar a justiça de Cristo mediante a mesma fé.

A isso ele adiciona, no final do *capítulo três*, uma excelente conclusão, a fim de reprimir o ímpeto da soberba humana, e obstrui sua ousadia de ir contra a graça de Deus. Para que os judeus não viessem restringir o imensurável favor divino à sua própria nação, ele o reivindica também para os gentios.

No *capítulo quatro*, para ratificar sua opinião, ele apresenta um exemplo claro e notável, portanto sem chance de réplica. Visto que Abraão é o pai dos fiéis, ele deve ser tido como padrão e tipo geral. Tendo provado, pois, que Abraão foi justificado pela fé, ele nos ensina que devemos prosseguir neste curso. Ao fazer um contraste entre os opositores, o apóstolo acrescenta que a justiça [procedente] das obras desaparece onde damos lugar à justiça [procedente] da fé. Confirma isso através do testemunho de Davi que, uma vez fazendo a bem-aventurança do homem depender da misericórdia divina, priva as obras humanas da virtude de fazer o homem feliz.

Então trata mais consistentemente do tema sobre o qual só tocara de leve, a saber: os judeus eram destituídos de razão em exaltar-se acima dos gentios,

visto que esta bem-aventurança é comum a ambos. A Escritura testifica que Abraão alcançou a justificação quando ainda incircunciso. Ele aproveita a oportunidade para fazer algumas observações nesta passagem sobre o uso da circuncisão. Em seguida, acrescenta que a promessa da salvação depende tão-só da munificência divina. Se ela dependesse da lei, então não traria nenhuma paz às consciências humanas, onde ela deve ser solidamente estabelecida, nem tampouco seria ela jamais consolidada. Portanto, para que nossa salvação seja sólida e garantida, temos que abraçar e levar em conta unicamente a verdade de Deus, e nada em nós mesmos. Nisto urge que sigamos o exemplo de Abraão, que desviou sua atenção de si próprio e volveu-a tão-somente para o poder de Deus. No final do capítulo, ele compara duas coisas, as quais têm pontos semelhantes de comparação, a fim de fazer uma aplicação mais ampla do exemplo que citara.

O *capítulo cinco* realça o fruto e efeitos da justiça [procedente] da fé, mas é quase totalmente dedicado a expandir o que o apóstolo dissera, a fim de fazer seu enfoque ainda mais nítido. Ele argúi *a maiori* para mostrar o quanto nós, que fomos redimidos e reconciliados com Deus, devemos esperar de seu amor, o qual derramou com tal riqueza sobre os pecadores, que nos deu seu Unigênito e Amado Filho. Em seguida, ele traça uma comparação entre pecado e justiça gratuita, Cristo e Adão, morte e vida, lei e graça. Daqui se depreende que, por mais numerosos que nossos erros sejam, eles são destruídos pela infinita munificência divina.

No *capítulo seis*, ele volta a discutir a santificação que obtemos em Cristo. É deveras natural que nossa carne, tão logo tenha saboreado um pouquinho do conhecimento da graça, então se entrega com regalo a seus vícios e desejos, sem qualquer perturbação, como se já estivesse totalmente isenta de todos os perigos. Contra isso o apóstolo afirma que não podemos receber a justiça de Cristo sem, ao mesmo tempo, receber também sua santificação. Ele apresenta seu argumento com base no batismo, por meio do qual somos iniciados na participação de Cristo [*per quem in Christi participationem initiamur*]. No batismo somos sepultados com Cristo a fim de morrermos para nós mesmos e ressuscitarmos através de sua vida para novidade de vida. Segue-se, pois, que ninguém pode revestir-se da justiça de Cristo sem antes ser regenerado. Paulo usa este fato como a base de sua exortação à pureza e santidade de vida. Tal pureza e santidade devem ser demonstradas naqueles que renunciaram a impiedosa indulgência da carne, a qual busca em Cristo maior liberdade para o pecado; sim, aqueles que se transferiram do reino do pecado para o reino da justiça. Paulo também menciona sucintamente a anulação da lei, na qual o Novo Testamento resplandece, pois o Espírito Santo nos é prometido nele, juntamente com a remissão de pecados.

No *capítulo sete*, ele inicia uma discussão imparcial concernente à utilidade da lei. Ele mencionara este fato ao discutir previamente outro tema. Fomos libertados da lei, diz ele, porque ela, em si mesma, nada pode fazer senão nos condenar. Todavia, para que seu argumento não expusesse a lei à reprovação, ele insiste veementemente que ela está livre de toda e

qualquer acusação. A culpa é toda nossa, explica ele, se a lei, que nos fora dada para a vida, provou ser veículo de morte. Ao mesmo tempo, explica como a lei faz o pecado avolumar-se. Deste tema, ele transita para a descrição da batalha que se deflagra entre o Espírito e a carne, experienciada pelos filhos de Deus enquanto se acham presos pelas cadeias de nosso corpo mortal. Os crentes levam consigo restos de cobiça, por meio dos quais são continuamente extraviados de sua obediência à lei.

O *capítulo oito* contém consolações que vêm em socorro da consciência dos crentes, a fim de que ela não seja estrangulada pelo terror ou a sucumbir-se, descobrindo que infringiu a lei, ou percebendo que sua obediência é por demais imperfeita, do quê já éramos acusados desde outrora. Mas, para que os ímpios não tenham, por esse motivo, razão para enfatuar-se, ele, antes de tudo, afirma que este benefício pertence unicamente aos regenerados, em quem o Espírito de Deus vive e a quem ele enriquece. Ele, pois, explica duas verdades. Em primeiro lugar, aqueles que se acham enxertados em Cristo, nosso Senhor, por meio de seu Espírito, estão fora de perigo ou da probabilidade de sofrer condenação, ainda que sejam responsabilizados por seus pecados [atuais]. Em segundo lugar, se os que permanecem na carne estão destituídos da santificação do Espírito, nenhum deles tem qualquer participação nesta grande bênção. Em seguida, ele explica quão imensurável é a segurança de nossa fé, visto que ela, pelo próprio testemunho do Espírito de Deus, afasta todas nossas dúvidas e temores. Ele ainda mostra, à guisa de antecipar objeções, que nossa segurança de vida eterna não pode ser interrompida nem perturbada

pelas ansiedades desta vida atual, às quais estamos sujeitos em nossa vida mortal. Ao contrário disso, nossa salvação é promovida por tais tribulações, e, em comparação com a excelência de nossa salvação, todos nossos atuais sofrimentos são reputados como nada. Ele afirma isso com base no exemplo de Cristo, ou, seja: visto ser ele o Primogênito e Cabeça da família de Deus, é a imagem à qual devemos nos conformar. Visto, pois, que nossa salvação está garantida, ele conclui com uma nota de esplêndido louvor, na qual ele com exultação triunfa sobre o poder e estratagemas de Satanás.

A maioria dos homens ficava terrivelmente conturbada ao olhar para os judeus – que eram os principais guardiães e herdeiros do pacto – rejeitarem a Cristo, pois este fato lhes provava, ou que o pacto era removido da semente de Abraão, que desdenhava seu cumprimento, ou que Cristo não era o Redentor prometido, visto que ele não fizera melhor provisão para o povo de Israel.

Paulo, portanto, começa a responder esta objeção no início do *capítulo nove*. Ele inicia falando do amor divino para com o próprio povo do pacto, para que não ficasse a impressão de que falava com malícia. Ao mesmo tempo, ele faz uma graciosa referência àquelas distinções pelas quais os judeus exceliam outras nações, e passa paulatinamente a sua tarefa de remover o escândalo que emana da cegueira de Israel. Ele divide os filhos de Abraão em duas estirpes, com o fim de mostrar que nem todos aqueles que eram seus descendentes físicos devem ser considerados sua progênie e participantes na graça do pacto. Ao contrário disso, mesmo os estrangeiros se convertem

em seus filhos uma vez introduzidos no pacto, pela fé. Há um exemplo desta verdade no caso de Jacó e Esaú. Paulo, pois, nos remete, aqui, à eleição divina, a qual devemos considerar como a fonte de toda esta questão. Visto que nossa eleição repousa tão-só na misericórdia divina, debalde buscamos sua causa na dignidade humana. Não obstante, por outro lado temos a rejeição divina. Ainda que a justiça desta rejeição esteja fora de qualquer dúvida, não há nenhuma outra causa para ela além da vontade de Deus. Chegando ao final do capítulo, ele mostra que tanto a vocação dos gentios quanto a rejeição dos judeus foram testemunhadas pelos profetas.

No *capítulo dez*, ele começa novamente testificando de seu amor para com os judeus, e declara que sua infundada confiança em suas obras era a causa de sua destruição. Ele os priva de fazer uso da lei como escusa, dizendo que a lei também nos guia à justiça [procedente] da fé. Esta justiça, acrescenta ele, é oferecida, sem distinção, a todas as nações mediante a munificência divina, mas só é aceita por aqueles a quem o Senhor ilumina com a graça especial. Ainda que mais gentios que judeus tenham obtido esta bênção, ele mostra que isso também foi profetizado por Moisés e Isaías: o primeiro profetizou sobre a vocação dos gentios; e o último, sobre o endurecimento dos judeus.

Restava, contudo, a pergunta se o pacto divino fizera alguma diferença entre a progênie de Abraão e as demais nações. Em busca de resposta, Paulo primeiramente nos lembra que a obra de Deus não deve ser confinada ao que os olhos podem ver, pois a eleição às vezes vai além de nossa compreensão. Elias

estava inicialmente equivocado quando concluiu que a religião havia perecido em Israel, porquanto havia ainda sete mil vivos. O apóstolo também nos convida a não nos afligirmos ante o vasto número de incrédulos, para quem o evangelho não passa de algo repugnante. Finalmente, ele assevera que o pacto persiste mesmo nos descendentes físicos de Abraão, mas só é eficaz naqueles a quem o Senhor predestinou por sua eleição soberana. Ele, pois, volta em direção dos gentios e os adverte a não se esquecerem de refrear sua vanglória em relação a sua adoção. Eles não podem excluir os judeus como se houvessem sido rejeitados peremptoriamente, visto que eles só são aceitos pelo Senhor pelo prisma da graça, a qual deve ser-lhes causa de humildade. O pacto divino não foi totalmente apagado da progênie de Abraão, pois os judeus são, de certo modo, provocados à emulação pela fé dos gentios, para que Deus pudesse atrair a si todo o Israel.

Os três capítulos que se seguem são de caráter hortativo, porém cada um é distinto do outro. O *capítulo doze* contém normas gerais para a vida cristã. O *capítulo treze* trata, em sua maior parte, da autoridade dos magistrados. É uma provável suposição que houvesse algumas pessoas inquietas que imaginavam que não pode haver liberdade cristã sem que o poder civil seja antes destruído. Para evitar a aparência de estar impondo deveres sobre a Igreja além daqueles atinentes ao amor, Paulo mostra que esta obediência também é uma parte do amor. Em seguida ele adiciona aqueles preceitos que regulamentam nossa vida, o que já havia mencionado.

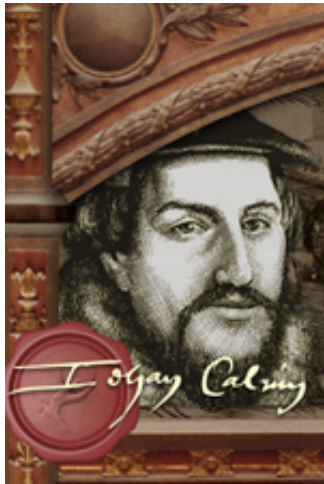
No *capítulo quatorze*, ele dirige uma exortação que era particularmente necessária para aquele período. Houve alguns, cuja obstinada superstição os levou a insistir na observância dos ritos mosaicos, porque não suportavam vê-los sendo negligenciados sem que se sentissem ainda mais fortemente ofendidos. Em contrapartida, aqueles que tinham consciência de sua anulação, para destruir tal superstição, davam a entender, deliberadamente, que não tinham por eles nenhuma consideração. Ambos os lados ofendiam com seus excessos. Os supersticiosos desprezavam os outros como sendo zombadores da lei divina; enquanto que os últimos injuriosamente motejavam da ingenuidade daqueles. O apóstolo, pois, recomenda a ambos aquela descrição judiciosa, e convida os primeiros a refrear seu desprezo e exagero, e os últimos a evitar todo gênero de escândalo. Ao mesmo tempo, ele prescreve a melhor forma de se exercer a liberdade cristã, a qual é mantida dentro dos limites do amor e da edificação. Aos fracos, ele dá um bom conselho, proibindo-os de fazer alguma coisa que ofenda sua própria consciência.

O *capítulo quinze* começa com uma repetição de seu argumento geral como uma conclusão de todo seu tema, ou, seja: os fortes devem usar sua força na confirmação dos fracos. Visto que os judeus e os gentios viviam em contínua controvérsia sobre as cerimônias mosaicas, ele resolve toda a rivalidade entre eles, removendo a causa de seu orgulho. Mostra que a salvação de ambos repousa tão-somente na misericórdia divina. É nela que devem pôr sua confiança, e devem pôr de lado todo e qualquer pensamento em sua própria exaltação, pois é pela

misericórdia divina que são mantidos unidos na esperança de uma única herança e podem abraçar-se com toda cordialidade.

Finalmente, desejando desviar-se com o propósito de enaltecer seu próprio apostolado, o qual assegurava não pouca autoridade a sua doutrina, ele aproveita a ocasião para defender-se e reprovar a suspeita de haver assumido o ofício de mestre entre eles com demasiada confiança. Ele ainda lhes oferece algumas bases para a esperança de sua visita entre eles, ainda que, como dissera no início da Epístola, até agora buscara e tentara em vão fazer isso. Ele explica por que fora até então impedido de visitá-los, ou seja: as igrejas da Macedônia e da Acaia o incumbiram da tarefa de levar a Jerusalém os donativos que coletaram com o intuito de aliviar as necessidades dos crentes que viviam naquela cidade.

O *capítulo dezesseis* é quase inteiramente dedicado a saudações, embora haja alguns admiráveis preceitos aqui e ali. Conclui-se com uma notável oração.



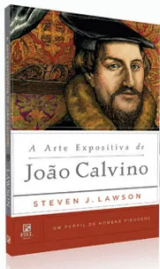
Biblioteca João Calvin

A Biblioteca João Calvin é um projeto do Ministério Fiel, cujo propósito é abençoar a Igreja de fala portuguesa através da disponibilização gratuita dos comentários bíblicos do reformador francês, publicados pela Editora Fiel. A profundidade e a relevância das análises de Calvin, enriquecidas por sua teologia sistematizada, auxiliarão o leitor no entendimento das doutrinas bíblicas dos livros de Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, Epístolas Pastorais, Segunda Carta de Paulo aos Coríntios e Hebreus, além da série de comentários sobre os Salmos.

O Ministério Fiel também está disponibilizando a venda dos comentários bíblicos de Calvin em e-book, com preço simbólico, a fim de encorajar o leitor a montar sua própria biblioteca virtual.

CLIQUE AQUI PARA CONHECER A BIBLIOTECA JOÃO CALVINO

Esta obra é um retrato fiel de
Calvino como pregador.



Aqui vemos as convicções mais profundas que determinaram seu estilo de pregação.

Clique aqui para
conhecer o livro



Por:



João Calvino

João Calvino (1509 – 1564) é considerado um dos maiores representantes da Reforma Protestante do século XVI, como ficou conhecido o movimento de reação aos abusos da Igreja Católica Romana à época. Calvino foi o responsável por sistematizar o protestantismo reformado através das Institutas da Religião Cristã, sua principal obra teológica, cujo objetivo era servir de instrução para a formação do cristão.